



# MERITOCRACIA E IGUALITARISMO: adesão de estudantes universitários de instituições públicas e privadas

DOI: 10.22289/2446-922X.V9N2A5

Leonardo Damasceno de **Sena**  
Kay Francis Leal **Vieira**  
Lucas Vitorino da **Silva**  
Rafael Andrade de **Menezes**  
Sandra Helena Mousinho **Benevides**  
Guilherme Jorge Stanford **Dantas**<sup>1</sup>

## RESUMO

Ao tomarem forma como normas dentro da sociedade, a meritocracia e igualitarismo à primeira vista podem trazer diversos benefícios, no entanto, de forma velada nessa dinâmica social, podem trazer como consequência a normatização da desigualdade e ressaltar diversos mecanismos de preconceito no seio social. Diante do exposto, o presente artigo traz como objetivo mensurar a adesão de estudantes universitários às normas sociais da meritocracia e igualitarismo, através de uma pesquisa prática, descritiva e de levantamento. Quanto aos instrumentos, foram utilizados: um questionário sociodemográfico e uma escala de normas sociais, composta da adesão aos valores do Igualitarismo e do Individualismo Meritocrático. Os resultados da pesquisa mostraram que os estudantes universitários apresentaram índices entre médio e baixo referente à adesão, além de apresentar diferenças significativas nas variáveis sexo, idade e renda, apontando maiores índices no grupo masculino, com perfil mais jovem e menor renda. Tal resultado demonstra um viés ideológico não tão presente no meio acadêmico, mas enraizado no seio social desde os processos primários de formação individual, cabendo nesse espaço debates críticos acerca da desnaturalização dessa forma de perceber a realidade, podendo dar novas perspectivas ao sujeito no enfrentamento da realidade e ferramentas para enfrentar as desigualdades no seu contexto.

89

**Palavras-chave:** Fatores Socioeconômicos; Mobilidade social; Equidade em Saúde; Normas Sociais

---

<sup>1</sup> Endereço eletrônico de contato: [guilherme.dantas@unipe.edu.br](mailto:guilherme.dantas@unipe.edu.br)

Recebido em 29/05/2023. Aprovado pelo conselho editorial para publicação em 02/08/2023.



## MERITOCRACY AND EGALITARIANISM: adherence of university students from public and private institutions

### ABSTRACT

When assuming the form of norms within a society, meritocracy and egalitarianism may initially appear to bring numerous benefits. However, subtly within this social dynamic, they can normalize inequality and emphasize various mechanisms of prejudice within the social fabric. Given the above, this article aims to measure the adherence of university students to the social norms of meritocracy and egalitarianism through practical, descriptive, and survey-based research. The study employed a sociodemographic questionnaire and a scale of social norms, consisting of adherence to egalitarianism and meritocratic individualism principles. The survey results revealed that university students exhibited moderate to low levels of adherence, with significant differences observed in the variables of gender, age, and income, indicating higher levels of adherence among males, younger individuals, and those with lower income. These findings indicate an ideological bias that is less prevalent in the academic environment but deeply ingrained in the social fabric since the early stages of individual formation. Thus, this highlights the need for critical debates on the denaturalization of this perception of reality, providing new perspectives to individuals in confronting reality and addressing inequalities in their respective contexts.

**Keywords:** Socioeconomic Factors; Social mobility; Health Equity; Social Norms.

---

## MERITOCRACIA Y IGUALDAD: adhesión de estudiantes universitarios de instituciones públicas y privadas

90

### RESUMEN

Al tomar forma como normas dentro de la sociedad, la meritocracia y el igualitarismo a primera vista pueden brindar diversos beneficios, sin embargo, de manera velada en esta dinámica social, pueden dar como consecuencia la normalización de la desigualdad y resaltar diversos mecanismos de prejuicio en el seno social. Ante lo expuesto, el presente artículo tiene como objetivo medir la adhesión de los estudiantes universitarios a las normas sociales de la meritocracia y el igualitarismo, a través de una investigación práctica, descriptiva y de encuesta. En cuanto a los instrumentos utilizados, se empleó un cuestionario sociodemográfico y una escala de normas sociales, compuesta por la adhesión a los valores del igualitarismo y el individualismo meritocrático. Los resultados de la investigación mostraron que los estudiantes universitarios presentaron índices de adhesión entre moderados y bajos, además de mostrar diferencias significativas en las variables de sexo, edad y nivel de ingresos, señalando mayores índices en el grupo masculino, con un perfil más joven y menor nivel de ingresos. Este resultado demuestra un sesgo ideológico no tan presente en el ámbito académico, pero arraigado en el seno social desde los procesos primarios de formación individual, lo cual hace necesario llevar a cabo debates críticos en este ámbito acerca de la desnaturalización de esta forma de percibir la realidad, pudiendo proporcionar nuevas perspectivas al sujeto para enfrentar la realidad y herramientas para abordar las desigualdades en su contexto.

**Palabras clave:** Factores Socioeconómicos; Movilidad Social; Equidad en Salud; Social Norms.



## 1 INTRODUÇÃO

Utilizado como justificativa no planejamento de políticas públicas, como pressuposto em processos seletivos, sendo entendida como ideologia e também como valor normativo dentro das sociedades, o individualismo meritocrático e igualitarismo costumam ser frequentemente levantados em debates nos mais diversos campos de conhecimento, tendo destaque no campo social, educacional e psicológico (Cechetto, 2019).

O pensamento meritocrático parte de uma proposta de sociedade orientada pela lógica de que o status social deve refletir de maneira justa as diferenças intelectuais e educacionais de qualquer grupo social, no qual, segundo Kuppens, Spears, Manstead, Spruyt e Easterbrook (2017), esse “mérito” seria a combinação de suas habilidades e seus esforços colocados à prática social. Tal forma de pensamento tem como um de seus pilares o igualitarismo, pressuposto no qual todos possuem iguais oportunidades de ascensão e acesso a recursos necessários para o seu desenvolvimento no seio social, independente de origem, classe social e cultura.

Diante do exposto, é válido salientar que tais ideias só podem se configurar como ideologias por cumprirem um conjunto de funções, sendo essas: oferecer ao sujeito uma forma de interpretar a realidade que lhe é apresentada, subministrar esquemas práticos de ação, justificar a ordem social existente da forma que é vivenciada pelo sujeito, além de legitimar essa ordem como válida para todos, dando categoria de natural ao que é simplesmente histórico e construído, exercendo na prática essa relação de domínio existente e acabar por reproduzir o sistema social já estabelecido (Martín-Baró, 2012).

Dessa maneira, o autor afirma que as ações dos indivíduos no meio social são ideológicas por estarem vinculadas ao interesse de diversos grupos dominantes e revelando assim a sua estrutura de valores, isso é, pode-se perceber a ideologia como “o conjunto de esquemas pessoais que traduzem a nível individual os interesses de uma classe social, faz ver e analisar as situações de determinadas maneiras e orienta a determinados comportamentos” (Martín-Baró, 2012, p. 354).

Tais formas de pensamento aplicadas em uma sociedade marcada pela desigualdade podem motivar o sujeito a agir em busca por uma ascensão para outra classe ou grupo dominante no corpo social, pois de acordo com Wachelke (2017), o movimento ideológico tende a movimentar o sujeito em busca dos objetivos de uma classe dominante, embora o real objetivo seja a manutenção do atual *status quo*. Nessa jornada, o sujeito pode enfrentar situações em que se verá diante da inalterabilidade de seu cenário socioeconômico, e nesse movimento ideológico, a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso é inteiramente individual, desconsiderando outros determinantes sociais e possíveis consequências na integridade física ou psicológica que possam ter ocorrido ao longo desse processo.



## 1.1 O VIÉS IDEOLÓGICO POR TRÁS DA MERITOCRACIA

Durante o processo de organização da sociedade surge o questionamento acerca da forma de avaliação dos indivíduos para a ocupação de determinados papéis sociais, os quais conseqüentemente, possuem um maior benefício em relação a outros, emergindo assim, dentre as mais diversas formas de mensurar e realizar a organização social, aquela pautada no mérito individual. Tal forma de organização que logo se popularizou e passou a ser implantada de forma ampla em diversas civilizações, embora utilizando diferentes construtos em sua configuração. De acordo com o estudo realizado por Cechetto (2019), o termo meritocracia era originalmente relacionado a contextos militares e relativos a governança, e somente passou a ser atribuído a outros contextos após um longo período de disseminação, passando atualmente a ser utilizado em um âmbito escolar, trabalhista e até social. Buscando esclarecer esse construto, Barbosa (2014) afirma:

A ideia de implantar meritocracia, significa atribuir valor, dotar de mérito algum resultado, que funda um discurso político, administrativo e empresarial, o que significa dizer que o princípio consagrado nas organizações modernas de que a admissão, a mobilidade e a ascensão profissional das pessoas devem ser pautadas pelo seu desempenho na realização das tarefas que lhes foram alocadas nas organizações. (p. 81)

Apesar do esclarecimento apresentado por Barbosa, não há uma universalização de um único conceito, pois a meritocracia é entendida e utilizada de diferentes formas a depender do contexto em que a analisa. Em países ocidentais possui uma preocupação mais democrática, tal pensamento é voltado à garantia de bens sociais como postos de empregos, remuneração, educação e uma justa distribuição de recursos necessários. Já nos países orientais, o mesmo pensamento tem o olhar mais voltado para a conquista de cargos profissionais na burocracia governamental, buscando selecionar através do mérito (educação formal, habilidades, desempenho) constituir uma elite técnica capaz de melhor administrar determinado país (Cechetto, 2019).

A meritocracia é operada nesses casos como um ideal positivo, através do qual é possível mensurar o quão justa é determinada instituição ou sociedade, “se tomam decisões livres de preconceitos e se suas oportunidades são ampliadas a todas as pessoas em razão da ideia de meritocracia como um valor” (Allen, 2011, p. 370). Nessa conjuntura, a meritocracia pode ser utilizada como um critério lógico de ordenação social, na qual o mérito é o reconhecimento público da capacidade de cada indivíduo realizar determinada tarefa ou se posicionar em uma determinada hierarquia utilizando como base seus talentos e esforço pessoal.

Em contraponto, quando a meritocracia assume um viés mais ideológico, Ferreira (2021) afirma que o valor passa a ser englobante, somente a seleção dos melhores membros da sociedade baseado no seu desempenho individual é considerado como algo legítimo e desejável. No entanto, tal colocação depende da premissa de que todos os membros dessa sociedade nasceram livres e



iguais, e que nenhum atributo social deve ser levado em conta no tratamento que a sociedade atribui a seus membros sob pena de invalidar a filosofia central desse sistema. Dessa maneira, as variáveis históricas e sociais ficam com um papel secundário, cabendo ao sujeito a responsabilidade pelos resultados que obtém.

Diante do exposto, se pode ver na literatura uma dicotomia de como é enxergada a meritocracia na sociedade moderna, ora agregando valor e auxiliando na organização social, ora assumindo um papel mais antagônico capaz de perpetuar as desigualdades existentes. Ambas as formas de se enxergar esse viés ideológico se enquadram em duas distintas definições propostas por Martín-Baró (1989, p. 17), uma funcionalista e outra marxista, a “concepção funcionalista entende ideologia como um conjunto coerente de ideias e valores que orienta e dirige uma determinada sociedade e, portanto, que cumpre uma função normativa a respeito da ação dos membros dessa sociedade”, já a concepção marxista “entende a ideologia como uma falsa consciência em que se apresenta uma imagem que não corresponde à realidade, a qual a encobre e justifica a partir dos interesses da classe social dominante”.

A meritocracia costuma se apresentar dentro do seio social moderno justamente através de uma perspectiva ideológica, cumprindo uma função normativa referente a ação dos membros dessa sociedade, orientando suas ações e dirigindo seus pensamentos e processos de motivação. Por desempenhar essa função normativa, tal qual afirma Barbosa (2014), ela passa a estar subordinada ao significado de igualdade, considerando o primeiro passo prático das meritocracias, que é garantir a igualdade de condições para a competição, seguindo o pressuposto de que o sistema seja aberto a todos, independente das origens de cada um.

93

## 1.2 O IGUALITARISMO E A DESIGUALDADE NA MERITOCRACIA

Quando pensada como uma teoria normativa, possuindo valores normativos que regem o comportamento e pensamento pertinentes à determinadas esferas da vida social, a meritocracia se torna um construto ainda mais complexo, pois passa a ser multifacetada, sendo fundamentada por princípios igualitaristas que advogam igualdade em três diferentes dimensões: contratualistas, que propõem a igualdade na distribuição de recursos básicos; utilitaristas, os quais pressupõem que as utilidades dos indivíduos devem ser assinalados por pesos iguais; libertarianos, que defendem liberdades iguais (Kerstenetzky, 1999).

Quando se pensa na práxis desses conceitos em situações sociais, pode-se enxergar um movimento contraditório. A meritocracia enquanto sistema de valores, age baseando-se na rejeição de qualquer tipo de privilégio, buscando uma igualdade jurídica, pressupondo assim, o talento como distribuído aleatoriamente entre as pessoas e abrindo uma competição entre as mesmas (Barbosa, 2014). Na perspectiva de avaliação do desempenho, cabe ao indivíduo a responsabilidade pelos seus próprios resultados, justificando assim a recompensa conferida aos melhores. Assim sendo, na prática tudo se complica, pois esses conceitos, critérios e categorias que determinam o que é o



desempenho, o que é a igualdade e outras variáveis importantes para esse sistema são entendidos de formas diferenciadas dentro de uma mesma sociedade.

Ao basear-se na seleção e premiação dos melhores por meio da avaliação de desempenhos individuais, o sistema meritocrático acaba por gerar desigualdades funcionais que historicamente passam a ser sociais. Barbosa (2014) explica que ocorre uma transformação da lógica meritocrática, uma vez que a mesma foi pensada para combater privilégios e injustiças acaba por tornar uma ideologia que confere honra, status e prestígio excessivos a determinados indivíduos em virtude de seus méritos, quando ao mesmo tempo, pune severamente outros em consequência de seus fracassos.

Assim, embora assentada em um princípio igualitário, o próprio desenvolvimento histórico desse sistema o torna irrealizável de forma universal, produzindo descontentamento no seio de todos os grupos avaliados nesse contexto. Quando as crenças em tal ideologia passam a ser compartilhadas socialmente, passam a influenciar condutas preconceituosas e discriminatórias entre grupos, no âmbito de uma sociedade organizada pela meritocracia, hierarquizando socialmente e distanciando um grupo (premiado de acordo com esse valor e tornando-o dominante) em relação ao grupo de base que não consegue alcançar o desempenho estabelecido como meta (Silva, 2014)

No Brasil, é possível notar que a igualdade possui uma dupla noção, uma como direito e outra como necessidade. Ferreira (2021) aponta que essa dupla noção acaba por gerar um sistema meritocrático formal, embora não tenha a operacionalização do viés ideológico no seio social. A desigualdade enraizada na sociedade brasileira é fruto de variáveis históricas e sociais que permeiam desde o processo de colonização, a qual não possui nenhuma responsabilidade individual, tornando difícil de mensurar a desigualdade de oportunidades por não existir uma igualdade inicial nessa posição social.

Os dados expostos implicam em dizer que no contexto brasileiro, a meritocracia nunca foi um valor englobante como é utilizado em outras sociedades. No Brasil, tal sistema é mais utilizado apenas como uma estratégia para “chegar lá” do que como valores, aplicado como uma ideia pra maquiagem a real intenção de uma classe dominante (Ferreira, 2021). A meritocracia nos dias de hoje no Brasil, já não é um princípio de justiça, mas se configura apenas como um sistema de coerção que governa as pessoas manipulando as suas esperanças, fazendo-as acreditar que no final todos os seus esforços serão recompensados, quando não o são plenamente.

Para que tal cenário fosse diferente, Ferreira (2021, p. 10) destaca que seria necessário “revestir um sistema meritocrático de fatores históricos e socioeconômicos como impulsionadores positivos do processo de mobilidade social”, o que ainda não impediria de existirem barreiras que dificultassem tal implementação, não obstante, ao se deparar com tais barreiras, seria o momento para intervenções das políticas públicas que auxiliem nesse papel e complementem a busca por



esse princípio norteador, apresentando equidade à medida em que ainda não se faz possível implantar a igualdade de direitos.

### 1.3 A INÉRCIA SOCIAL

A partir da lógica do esforço pessoal apresentada como valor supremo que dá a possibilidade de ascensão econômica e social, com a promessa de galgar na hierarquia social, os indivíduos de classe oprimida passam a reproduzir o discurso dominante, explicando seus sucessos ou fracassos com base nessa visão de mundo (Oliveira, 2020). Tal promessa é baseada num projeto de futuro em que a questão central passa a ser de “se manter vivo”, o que pode fazer com que haja uma submissão ao sistema vigente e aos discursos ideológicos nele presentes.

A mobilidade social, isso é, a ascensão entre classes pode até ser um objetivo ou sonho de muitos, mas tal fenômeno social “obedece a processos estruturais complexos. Problemas complexos tem múltiplas determinações” (Arcary, 2010, p. 13), o sistema ideológico apresentado é apenas uma das diversas variáveis que devem ser consideradas na avaliação do contexto geral de vida dos indivíduos, principalmente daqueles que formam a base da pirâmide hierárquica social, os quais são muito mais impactados.

De acordo com Oliveira (2020), o discurso fruto da ideologia meritocrática e igualitária é comum de ser ouvido e encontra-se internalizado até naqueles que sofrem diariamente os impactos da desigualdade social, porque na lógica estabelecida por esse sistema neoliberal econômico no capitalismo, a desigualdade é algo natural, e correr atrás de reverter essa situação é uma questão de esforço pessoal, assim, gerando um individualismo exagerado, no qual essas justificativas de “fez por valer o seu esforço” e do lado antagônico “não se esforçou o suficiente”, passam a serem utilizadas em todas as dimensões da vida, sem considerar os aspectos sociais de condicionantes da existência em uma sociedade de classes.

Tal movimento ideológico se torna ainda mais forte quando consideramos o contexto de muitos brasileiros assalariados, os quais lutam diariamente para sobreviver, e traz um questionamento válido para tal naturalização: No que crer, se não no mérito e esforço pessoal, para continuar vivendo? Quando escancaradas as portas da desigualdade, a solução então é se esforçar cinco, seis, dez vezes mais e não se abater no caminho.

Dessa forma, além de responsabilizar o sujeito, tal lógica também neutraliza suas vozes, pois com aderência a ela, passam a agir de forma mais individualizada e fazendo com que não precisem questionar, refletir ou criticar o atual sistema, justamente por estarem na luta por sua sobrevivência e sustento de suas famílias, e se além disso tudo ainda tiverem que levantar “questionamentos ao sistema vigente, reflexões sobre a desigualdade estrutural e articulação coletiva de luta política para uma transformação social que, se acontecesse, seria a custo de suas vidas” acaba por ser um privilégio que não podem se dar (Oliveira, 2020, p. 210).

Assim, se torna mais digerível e aceito, mesmo que à contra gosto que:



basta se conformar e manter a esperança no alcance do seu objetivo, esse sendo atingido a partir da sua disciplina, foco e, mais uma vez, inteligência emocional para lidar com os problemas que surgirem no caminho sem desvios do comportamento pacífico esperado para todos os “emocionalmente inteligentes. (Patto, 2010, p. 80)

Portanto, é válido ressaltar que problema não está pautado na meritocracia e igualitarismo enquanto sistema, visto que como forma de avaliação, possuem sua função determinada e contexto no qual podem ser aplicados adequadamente, mas, corroborando com as palavras de Barbosa (1996), a questão básica para o início da mudança de rumo está no entendimento primeiramente da diferença entre sua ação enquanto sistema e enquanto ideologia, e posteriormente, das consequências de não ser questionada tal naturalização das desigualdades que essa ideologia traz e a carga colocada no sujeito de forma individualizada, deixando-o “travar suas batalhas”.

Consequentemente, a modificação de todo um sistema e mudança também no pensamento que mantém esses indivíduos na busca por seus objetivos é algo difícil. Para que isso ocorra, é necessária uma lenta alteração de concepções culturais, além do estabelecimento de políticas públicas que apoiem a população de base na hierarquia social a ponto de dar-lhe condições suficientes para que possam refletir, treinar a criticidade e a partir disso, realizar transformações sociais necessárias para que realmente possam alcançar um modo de vida suficientemente sustentável e suas escolhas não sejam baseadas majoritariamente por coerção.

A partir disso, surge o questionamento acerca da adesão de um grupo específico (estudantes universitários) as normas sociais do individualismo meritocrático e igualitarismo como valores sociais afim de verificar se a partir do arcabouço teórico utilizado, tal ideologia se mantém atrelada a uma classe dominante em relação às variáveis sociodemográficas da amostra. Os dados obtidos com essa pesquisa, além de utilizados para conhecer as características sociodemográficas da amostra, também mostraram se há adesão a essa ideologia dentro do grupo participante da amostra, que apesar de se tratar de um sistema de ideias com origem na realidade, se universalizam e se transformam em entidades, desenvolvendo assim uma representação ilusória daquilo que tratam, e a depender das variáveis envolvidas, podem trazer mais sofrimento psicológico que benefícios.

96

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizada uma pesquisa prática e de levantamento, de natureza quantitativa, executada através de recorte transversal, tipo descritiva e de delineamento correlacional, na qual a aplicação ocorreu de forma online, através da plataforma Google Forms. A abrangência da pesquisa foram estudantes universitários de qualquer estado brasileiro, e para isso, a técnica utilizada para a escolha da amostra foi a não-probabilística por conveniência, na qual participaram da pesquisa 212 estudantes universitários, sendo utilizados como critérios de inclusão os seguintes aspectos: ter a partir dos 18 anos de idade, ser estudante de instituição de ensino superior e concordar em





participar da pesquisa; e como critério de exclusão: aqueles que não responderem a pesquisa por inteiro.

Para a realização da pesquisa, foram utilizados dois instrumentos, sendo um questionário sociodemográfico e uma escala de adesão as normas sociais, a qual é composta de duas subescalas referentes à adesão aos valores do Igualitarismo e do Individualismo Meritocrático. O questionário sociodemográfico apresenta questões referentes ao perfil da amostra, solicitando informações como sexo, idade, instituição de ensino superior à qual está vinculado e renda familiar mensal.

A Escala de Normas Sociais foi desenvolvida por Katz e Hass (1988) e traduzida por Silva (2014), é composta pelas subescalas do Igualitarismo e do Individualismo Meritocrático (Ética Protestante). Esta escala de tipo likert mede a adesão as normas sociais do igualitarismo e do individualismo meritocrático como indicadores de valores sociais. As subescalas são compostas por 10 itens cada, sendo os itens de 1 a 10 referentes às normas sociais do individualismo meritocrático, e os itens de 11 a 20 referentes às normas sociais do igualitarismo. As respostas da escala variam em 05 pontos (de discordo totalmente à concordo totalmente). Para o uso das normas sociais como variáveis moderadoras, elas foram utilizadas como variáveis contínuas, utilizando a média amostral como referência, para assim obter baixa e alta adesão ao igualitarismo e baixa e alta adesão à meritocracia.

97

Os resultados do questionário sociodemográfico e das escalas foram processados por meio do pacote estatístico SPSS em sua versão 21.0, utilizando-se da estatística descritiva e inferencial. Para comparação de médias entre grupos foi utilizado o teste U de Mann Whitney (dois grupos) ou teste de Kruskal-Wallis (três grupos ou mais). Vale destacar que o presente artigo foi submetido para a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê e foi realizado considerando-se os aspectos éticos pertinentes a pesquisas envolvendo seres humanos, de acordo com a Resolução nº 466/12.

### **3 RESULTADOS**

Os resultados obtidos através do questionário sociodemográfico da pesquisa mostraram que a maioria dos participantes se encontrava na faixa etária de até 29 anos (75,9%), sendo em maior proporção do sexo feminino (59,4%) e possuindo vínculo com instituição privada (55,2%), no que tange a renda familiar dos participantes da pesquisa, pode-se observar uma maior prevalência daqueles que recebem entre 1,5 e 3 salários mínimos (33,5%), conforme apresentado na Tabela 1.



**Tabela 1-** Caracterização sociodemográfica da amostra.

Variável	f	%
<b>Idade</b>		
Entre 18 e 29	161	75,9%
Entre 30 e 39	14	6,6%
Entre 40 e 49	18	8,5%
Entre 50 e 59	11	5,2%
Acima de 60 anos	8	3,8%
<b>Sexo</b>		
Feminino	126	59,4%
Masculino	86	40,6%
<b>Instituição</b>		
Pública	95	44,8%
Privada	117	55,2%
<b>Renda familiar</b>		
Até 1,5 salários mínimos	58	27,4%
Entre 1,5 e 3 salários mínimos	71	33,5%
Entre 3 e 5 salários mínimos	31	14,6%
acima de 6 salários mínimos	52	24,5%
<b>Total</b>	<b>212</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaboração própria (2022)

No que se refere ao segundo instrumento utilizado, esse buscou mensurar a adesão às normas sociais dos participantes, o qual é composto por 2 subescalas, uma do igualitarismo e outra da meritocracia. Com isso, na Tabela 2 encontram-se os dados estatísticos descritivos das subescalas, na qual na variável Meritocracia a maioria dos participantes apresentaram adesão baixa, com 34,40% e média, 34,90%, enquanto os participantes remanescentes, 30,70%, apresentaram uma alta adesão. Referente ao Igualitarismo, os dados coletados se apresentam de forma semelhante, com 34,40% dos participantes apresentando baixa adesão, 37,30% apresentando adesão dentro da média e 28,30% com alta adesão. Apesar de em média 30% dos participantes apresentarem alta adesão às normas, a diferença não foi significativa, pois considerando o contexto geral da amostra, a variável da Meritocracia obteve uma média de 3,29 (DP=0,45); enquanto na subescala Igualitarismo, obteve a média com o valor de 3,86 (DP=0,44).

98

**Tabela 2 –** Adesão às normas sociais.

Variáveis	Adesão	Frequência	Percentil
<b>Meritocracia</b>	Baixa	73	34.40%
	Média	74	34.90%
	Alta	65	30.70%
<b>Igualitarismo</b>	Baixa	73	34.40%
	Média	79	37.30%
	Alta	60	28.30%

**Fonte:** Elaboração própria (2022)

Ao se considerar as médias dos participantes da pesquisa separados por sexo, utilizando o teste não-paramétrico U de Mann-Whitney de amostras independentes, foi encontrada uma



diferença significativa, fraca e positiva ( $U = 4,42$ ;  $p < 0,05$ ) no que tange o grupo masculino em referência à média da meritocracia, quando comparado ao grupo feminino na mesma norma. Já em relação com as demais variáveis, não houve diferenças significativas. Diante disso, é possível constatar que o grupo masculino apresenta uma maior adesão à meritocracia, como é possível verificar na tabela 3.

**Tabela 3** – Médias das variáveis por sexo.

Variáveis	Norma Social	Média	Desvio padrão
<b>Feminino</b>	Meritocracia	3,25	0,36
	Igualitarismo	3,84	0,41
<b>Masculino</b>	Meritocracia	3,37*	0,56
	Igualitarismo	3,87	0,48

**Fonte:** Elaboração própria (2022). \*\* $p < 0,001$ ; \* $p < 0,05$

No que tange a variável Idade dos participantes da pesquisa em relação à norma social meritocrática, verificou-se através do teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis de amostras independentes, uma diferença significativa entre os participantes de 18 a 29 anos e os participantes de 40 a 49 anos, sendo uma diferença de magnitude fraca e direcionamento negativo ( $X^2 = -3,14$ ;  $p < 0,05$ ); Também foi encontrada uma diferença significativa entre as médias dos participantes de 30 a 39 anos e os participantes de 40 a 49 anos, sendo essa de magnitude forte e direcionamento negativo ( $X^2 = -3,90$ ;  $p < 0,001$ ). Já no que diz respeito à norma social igualitária, houveram diferenças significativas entre os participantes de 18 a 29 anos e os participantes de 50 a 59 anos ( $X^2 = -3,60$ ;  $p < 0,05$ ), sendo essa fraca e negativa; Entre os participantes de 30 a 39 anos e os de 50 a 59 anos ( $X^2 = -3,73$ ;  $p < 0,05$ ) e também entre os participantes de 40 a 49 e os de 50 a 59 anos ( $X^2 = -2,86$ ;  $p < 0,05$ ) houveram diferenças significativas de magnitude fraco e direcionamento negativo. No que diz respeito à comparação com as demais idades, não foram encontradas diferenças significativas entre as médias dos participantes tanto na norma social meritocrática, quanto na igualitária.

Na variável renda, através do teste de Kruskal-Wallis, foi possível encontrar diferença significativa de nível fraco e negativa ( $X^2 = -2,75$ ;  $p < 0,05$ ) entre os participantes que possuem renda de até 1,5 salários mínimos e aqueles que recebem entre 1,5 e 3 salários mínimos no que tange a norma igualitária. Na comparação com os demais participantes que possuem outros níveis de renda familiar, não foram encontradas diferenças significativas, como demonstra a Tabela 5 logo abaixo.



**Tabela 4** – Médias das variáveis por Idade.

Variáveis	Norma Social	Média	Desvio padrão
<b>Entre 18 e 29 anos</b>	Meritocracia	3,26*	0,40
	Igualitarismo	3,83*	0,43
<b>Entre 30 e 39 anos</b>	Meritocracia	3,01**	0,50
	Igualitarismo	3,65*	0,39
<b>Entre 40 e 49 anos</b>	Meritocracia	3,64	0,45
	Igualitarismo	3,85*	0,51
<b>Entre 50 e 59</b>	Meritocracia	3,58	0,63
	Igualitarismo	4,31	0,26
<b>Acima de 60 anos</b>	Meritocracia	3,40	0,53
	Igualitarismo	4,10	0,32

**Fonte:** Elaboração própria (2022). \*\* $p < 0,001$ ; \* $p < 0,05$

**Tabela 5** – Médias das variáveis por Renda.

Variáveis	Norma Social	Média	Desvio padrão
<b>Até 1,5 salários mínimos</b>	Meritocracia	3,20	0,42
	Igualitarismo	3,74*	0,42
<b>Entre 1,5 e 3 salários mínimos</b>	Meritocracia	3,35	0,44
	Igualitarismo	3,94	0,45
<b>Entre 3 e 5 salários mínimos</b>	Meritocracia	3,28	0,29
	Igualitarismo	3,94	0,39
<b>Acima de 6 salários mínimos</b>	Meritocracia	3,34	0,57
	Igualitarismo	3,82	0,44

**Fonte:** Elaboração própria (2022)

\*\* $p < 0,001$ ; \* $p < 0,05$

Por fim, quanto à comparação entre os participantes que estão matriculados em instituições de ensino superior privada e os participantes de instituições públicas, utilizando o teste U de Mann-Whitney, não foram encontradas diferenças significativas ( $p > 0,05$ ) no que se refere às duas normas sociais analisadas.



## 4 DISCUSSÃO

O presente artigo teve como principal objetivo mensurar adesão de estudantes universitários de instituições públicas e privadas as normas sociais do igualitarismo e individualismo meritocrático como um valor social. Para isso, contou com uma amostra majoritariamente jovem, com idades entre 18 e 29 anos (75,9%), de sexo feminino (59,4%) e de instituições privadas (55,2%), dados que reforçam o Censo da Educação Superior, realizado em 2010 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o qual através da coleta realizada sobre instituições de ensino superior, considerando matrículas ativas e o perfil sociodemográfico de cada aluno, traz que a maior participação no ensino superior é feminina (60,9%), com maior expansão do setor privado referente às instituições (74,2%).

Diante dos dados coletados com a amostra apresentada, pode-se constatar através da Tabela 02 que os estudantes universitários participantes da pesquisa apresentam em sua maioria índices entre baixa e média adesão às normas sociais, tanto do igualitarismo quanto da meritocracia. Este achado em questão não só corresponde ao que foi almejado como objetivo geral do artigo, como também está de acordo com os achados de outros autores que buscaram investigar tal construto.

Nesse sentido, os índices apresentados pelos participantes corroboram com os adquiridos de outros estudos nesse mesmo contexto, como os achados apresentados por Kuppens *et al.* (2017), que em sua pesquisa utilizando a meritocracia e igualitarismo como variáveis comparando por grau de educação dos participantes de sua amostra, apresentou os índices mais baixos nos estudantes universitários e também naqueles que já haviam concluído a graduação, inferindo através dos dados coletados que quanto maior o grau educacional, menor a adesão. Em outra pesquisa utilizando a Escala de Normas Sociais, Silva (2014) destaca a adesão em relação ao índice de preconceito flagrante e sutil expresso pela amostra que é composta de estudantes universitários. Nesse estudo, os estudantes em sua maioria demonstraram uma baixa adesão às normas, corroborando com os dados apresentados na atual pesquisa.

Lima (2006, p. 62) busca explicar essa baixa adesão à tais normas sociais, afirmando que “para cada contexto social atuam normas específicas”, gerando assim comportamentos intergrupais específicos, e a inserção de novos indivíduos dentro de um determinado contexto pode semear mudanças em crenças ideológicas já existentes para que ocorra o processo de aceitação desse indivíduo *in group*. A pertença a um determinado grupo representa a adoção das ideologias e sistema de crenças baseados nas normas sociais desse grupo específico.

No que concerne aos dados exibidos na Tabela 03 pode-se ver a distribuição das médias de cada norma social para os grupos feminino e masculino, e diante disso percebe-se a diferença significativa na média do grupo masculino na norma meritocrática, sendo aceita à hipótese levantada de que o grupo masculino apresentaria uma maior média no que diz respeito à



meritocracia. A respeito do igualitarismo, não foram encontradas diferenças significativas entre os grupos.

Na literatura não há pesquisas práticas semelhantes que indiquem resultados que corroboram com as comparações realizadas nesta pesquisa, no entanto, através do arcabouço teórico sobre o tema, pode-se encontrar aporte que apoie o achado da pesquisa. Madeira, Lopes, Dovidio, Freitas e Mascarenhas (2020), dissertam sobre como a crença na meritocracia está relacionada a atribuições internas para a situação de grupos desfavorecidos socialmente, incluindo mulheres, dado que ao culpar tais grupos por sua própria situação, perpetuam a sua superioridade em relação aos outros.

Ao considerar a estratificação social no contexto brasileiro e a forma como a sociedade está organizada, é possível perceber que o homem ainda é colocado em posição superior nos mais diversos âmbitos, posição essa que é mantida através das normas sociais geradas pelo próprio contexto cultural, servindo de guia para condutas e comportamentos discriminatório para com outros grupos, o que justifica uma maior adesão e interesse desse grupo na manutenção da meritocracia (Silva, 2014)

Nas comparações realizadas entre grupos na variável idade e utilizando a meritocracia como referência, foram encontradas diferenças significativas entre o grupo de 18 a 29 e o grupo de 40 a 49 anos, sendo essa diferença de magnitude fraca e direcionamento negativo; já entre os grupos de 30 a 39 anos e 40 a 49 anos, foi encontrada uma diferença forte e negativa, indicando em ambos os casos que quanto menor a idade, maior a adesão. Referente ao igualitarismo, foram encontradas diferenças significativas de nível fraco e negativas ao comparar o grupo de 50 e 59 anos com os grupos de 18 a 29, 30 a 39 e 40 a 49 anos, indicando que nas três comparações, quanto menor a idade, maior a adesão ao igualitarismo.

Tais diferenças indicam índices maiores da meritocracia e igualitarismo entre os participantes mais jovens da pesquisa, fator esse discutido por Oliveira (2020) em seu estudo envolvendo a representação social da meritocracia e projeção de futuro para jovens alunos, na qual disserta sobre o público mais jovem não estar ileso de reproduzir uma visão naturalizada e ideológica de um ideário social, baseado no esforço pessoal. Como ideologia implantada em todos os processos sociais, é uma ideia semeada desde o processo de escolarização básica desses indivíduos, fortalecendo assim uma ideia de darwinismo social pautado no mérito.

Na comparação envolvendo os estudantes de instituições públicas e privadas, não foram encontradas diferenças significativas, apresentando índices de adesão semelhantes para ambos os grupos e rejeitando assim uma das hipóteses de pesquisa levantadas, de que os estudantes de instituições privadas apresentariam maiores médias de adesão a meritocracia e ao igualitarismo.

Por fim, ao comparar os grupos na variável renda mensal familiar, foi encontrada diferença significativa de magnitude fraca e direcionamento negativo no que se refere ao igualitarismo entre



os grupos que recebem até 1,5 salários mínimos e aqueles que recebem entre 1,5 e 3 salários mínimos, indicando que quanto menor a renda, maior a média de adesão ao igualitarismo.

Dentre as pesquisas práticas que buscaram investigar a meritocracia e igualitarismo como variáveis, não foi possível encontrar nesses estudos análises que buscassem comparar os índices de adesão e aspectos relacionados ao perfil sociodemográfico dos participantes referente às variáveis renda e instituições de ensino, no entanto, alguns autores buscam explicar teoricamente sobre os achados nas comparações realizadas no presente artigo.

Um desses autores é Oliveira (2020), que disserta sobre essa maior adesão entre aqueles que possuem uma menor renda pode estar atrelada ao chamado darwinismo social, uma crença na oportunidade de ascender socialmente baseada na capacitação e maiores índices de escolarização. A maior parte da população brasileira, sendo composta por famílias de baixa renda, sofrem ainda mais os efeitos das ideologias aqui discutidas, pois essa semeiam o silenciamento das diferenças sociais existentes e atribuem a culpabilização da atual situação financeira a esses sujeitos de forma individual, ignorando qualquer traço de culpa institucional e sócio-histórica, assim, passa a crescer nesse sujeito a crença de que com oportunidades iguais, poderia competir de igual para igual com alguém em posição social superior. Essa crença pautada no igualitarismo permeia ideais meritocráticos, pois, para que haja tal igualdade, cabe ao sujeito correr atrás da diferença para que tenha as mesmas oportunidades, se especializando e capacitando, independentemente das dificuldades que enfrentará para isso.

103

Nesse sentido, Trigueiro (2017) destaca que a garantia pela sobrevivência, estando ela vinculada à necessidade do trabalho, faz com que essa população de menor renda busque a conciliação entre a formação de nível superior e suas atividades laborais, sendo mais frequente encontrar na rede privada de ensino essa oportunidade. Assim, dentro de um mesmo espaço acadêmico, podem coexistir diferentes percepções de uma mesma realidade, dadas as diferentes vivências dos sujeitos ali inseridos, o que pode levar a uma maior resistência na adoção de uma ideologia sobre outra, não havendo um consentimento geral sobre qual véu ideológico se faz mais presente nesse ambiente, o que vai de encontro aos achados da atual pesquisa no que se refere à adesão de estudantes de instituições privadas e públicas

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que as sociedades passaram a buscar formas de organização em seus processos internos, seja em contexto social, institucional ou econômico, a meritocracia e igualitarismo permeiam esse processo em um viés ideológico ao tentarem ser estabelecidas enquanto sistema. A ideia de uma sociedade com oportunidades para todos e baseada no merecimento transpassa o pensamento crítico e acaba por dar lugar à uma falsa sensação de possibilidade de crescimento, trazendo consigo cicatrizes sociais causadas pela desigualdade e sofrimento psicológico por



aqueles tidos como “não merecedores” nesse sistema controlado por aqueles que detém o capital e o poder dentro da sociedade.

No contexto brasileiro, é comum encontrar alusão à tal sistema em diversos contextos, porém, ao detalhar seus processos é possível encontrar as falhas que perpetuam tais desigualdades, ou pior, acabam por legitimar e justificar as mesmas. A utilização da meritocracia e igualitarismo podem ser válidas enquanto sistemas implantados em determinados contexto, porém, escancaram os problemas e aumentam a distância social entre classes quando utilizadas sob ótica ideológica e norma social.

Diante disso, por meio da pesquisa realizada, o objetivo geral referente a mensurar a adesão dos universitários foi alcançado e constatou-se através dele uma baixa adesão dos estudantes no que se refere a essas normas sociais investigadas, o que corrobora com o resultado de outras pesquisas envolvendo o mesmo público. A partir desses achados, percebe-se que pode ocorrer nesse contexto um processo de interiorização de novas normas que já permeiam o contexto acadêmico, fazendo com que a meritocracia e igualitarismo, tão difundidos em outros contextos, passem a ficar em segundo plano.

Dentre as limitações enfrentadas durante a realização da pesquisa, vale destacar a escassez de pesquisas práticas que utilizassem tal construto, sendo muito citado em um viés teórico, porém pouco trabalho em um viés prático. Além disso, é válido salientar que o tema ainda é pouco discutido dentro da psicologia, estando em maior destaque nas pesquisas de cunho sociológico e antropológico.

Para futuras pesquisas envolvendo o tema, se pode sugerir o uso da escala utilizada em complemento com outros instrumentos que busquem avaliar o impacto psicológico causado pela adesão à essa ideologia e a frustração causada pela imobilidade social. Além disso, envolver na amostra a população em geral poderia ampliar a possibilidade de melhor mensurar a adesão no cenário brasileiro, visando propostas de intervenção que possam ser implantadas no contexto nacional.

Para a psicologia, o estudo sobre o tema pode desenvolver discussões que permeiam não só o campo comportamental no que se refere às ações e atitudes dos indivíduos enquanto inseridos em meio social, mas também ampliar estudos acerca do impacto ideológico e psicológico nos processos de coerção social, buscando através dessa discussão propostas de intervenção que venham a diminuir o sofrimento psicológico daqueles que estão na base da escala hierárquica estabelecida pela ideologia baseada na esperança de igualdade e baseada no mérito. Uma maior discussão e compreensão sobre o tema podem dar ao profissional de psicologia um arcabouço teórico sobre processos grupais existentes no contexto brasileiro e que acabam por passar de forma implícita no processo de formação do indivíduo, assim, o debate crítico acerca de tais temáticas pode ser a base para desvendar seu caráter ideológico e se contrapor à lógica dominante e à





naturalização acerca dos fenômenos sociais e construção de visão de mundo e sociedade baseada unicamente em um grupo dominante.

## 6 REFERÊNCIAS

- Allen, A. (2011). Michael Young's the rise of the meritocracy. *British Journal of Educational Studies*, 59(04), 367-382. <https://www.jstor.org/stable/41427674>
- Arcary, V. (2010). Um Brasil menos desigual? Mobilidade social baixa e evolução lenta da escolaridade média. *@mbienteeducação*, 2(1), 10-17. <https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/164/420>.
- Barbosa, L. (2014). *Igualdade e meritocracia* (4th ed.). Fundação Getúlio Vargas.
- Cechetto, L. D. M. (2020). *Meritocracia: avaliação sistemática de processos comportamentais presentes nos contextos de ocorrência do conceito em amostra da literatura especializada [Dissertação de doutorado, Universidade Federal do Paraná].* Curso de Psicologia - Ciências Humanas. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69992>
- Ferreira, M. A. C. (2021). O discurso de meritocracia aplicado às políticas públicas de igualdade racial. *Diálogo*, 1(47), 1-12. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.18316/dialogo.v0i47.7039>
- Inep. (2010). Censo da educação superior 2010. *Ministério da Educação*. <https://download.inep.gov.br/documentos/2010>
- Katz, I., & hass, R. G. (1988). Racial ambivalence and American value conflict: Correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55(6), 893-905. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.55.6.893>
- Kerstenetzky, C. L. (1999). Desigualdades justas e igualdade complexa. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 1(47), 5-26. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451999000200002>
- Kuppens, T., Spears, R., Manstead, A. S., Spruyt, B., & Easterbrook, M. J. (2018). Educationism and the irony of meritocracy: negative attitudes of higher educated people towards the less educated. *Journal Of Experimental Social Psychology*, 76(1), 429-447. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2017.11.001>
- Lima, M. E. O., Machado, C., Ávila, J., Lima, C., & Vala, J. (2006). Normas sociais e preconceito: o impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 309-319. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000200018>
- Madeira, A. F., Lopes, R. C., Dovidio, J. F., Freitas, G., & Mascarenhas, M. F. (2019). Primes and Consequences: A Systematic Review of Meritocracy in Intergroup Relations. *Frontiers on Psychology*, 10(1), 1-61. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.02007>
- Martín-Baró, I. (2012). *Accion e ideologia* (12th ed.). El Salvador.
- Mendonça, G. S., Souza, V. L. T. d., & Guzzo, R. S. L. (2016). O conceito de ideologia na psicologia social de Martín-Baró. *Revista Psicologia Política*, 16(35), 17-33. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7436966>



- Oliveira, A. R. F. d. (2020). *Meritocracia e projeção de futuro na perspectiva de jovens alunos* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Curso de Psicologia - Faculdade de Educação. <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32266>
- Patto, M. H. S. (2010). *Exercícios de indignação: escritos de educação e psicologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Silva, P. d. (2014). *Expressões do preconceito racial e do racismo no contexto da política de cotas raciais* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Curso de Psicologia - Instituto de Psicologia. <http://goo.gl/ZmWM2Y>
- Trigueiro, E. S. d. O. (2017). *Adolescentes: o aprimoramento cognitivo farmacológico e o acesso ao ensino superior* [Dissertação de mestrado, Universidade São Paulo]. Curso de Psicologia - Instituto de Psicologia. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-13122017-085844/pt-br.php>
- Wachelke, J. (2017). Ideologia nas Opiniões de Estudantes de Ensino Médio sobre Sucesso no Trabalho. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 652-668. <https://doi.org/10.1590/1982-3703004062016>. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/PyvgqN7FRqbBMDCYDxwvyNx/?lang=pt>